

## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: <a href="mailto:cmpverde.se@bol.com.br">cmpverde.se@bol.com.br</a>

Décima Sexta Legislatura

Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária do ano de dois mil e dezoito, realizada em vinte e seis de junho, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, onde se fizeram presentes sob a *Presidência* do senhor vereador Alexandre Almeida Dias, os senhores vereadores: José Raimundo de Jesus Souza (Vice-Presidente), Edson de Jesus Reis Santos (Primeiro Secretário), José Alessandro Santana Farias (Segundo Secretário), Damares Vieira Cavalcanti, Emílio de Jesus Souza, Gileno Santana Alves, Gilson Santos do Rosário, Jaci Silvino de Sousa, Josefa Délia Félix dos Reis e Pedro de Jesus Santos. A seguir, procedeu-se a dispensa da leitura da Ata da Sessão Anterior. Em seguida, o senhor Clayne Willian usou a Tribuna Livre para falar sobre o Projeto de Lei 951/2018 que dispõe sobre reajuste salarial dos servidores públicos. Ele saudou a todos os presentes e agradeceu a oportunidade concedida pelo Presidente Alexandre e como cidadão e servidor manifestou sua indignação sobre a proposta de 1,81%, a qual considera uma ofensa ao servidor, e ainda a proposta aceita pelo SINDSERV, enquanto para os professores será concedido um percentual de 6,81%. O convidado falou que sua indignação é porque é histórico o SINDSERV proteger só os três níveis e novamente isso se repetiu, ele inferiu que o curso superior é desqualificado dentro das negociações pelo sindicato e mencionou quem tem nível superior tem uma lei que protege e garante o Piso Salarial, mas infelizmente ninguém fala sobre esse assunto. O senhor Clayne também manifestou sua indignação porque solicitou uma assembleia para discutir sobre o reajuste e foi negado pela diretoria sindical, e disse que aos sábados não pode participar porque tem outras atividades e acredita que seja difícil para outros servidores, se ficar fixo é complicado de participar das reuniões com a categoria, pois, sugeriu o orador que poderia ser aos sábados e também na semana. Falou que muitos servidores de nível superior, médio e fundamental estão insatisfeitos com o reajuste, e, reafirmou ainda, que seu nível é desvalorizado e que no município muitos técnicos agrícolas ganham mais que um engenheiro agrônomo. Em seguida, o senhor Jackson Ribeiro também usou a Tribuna para falar sobre o Projeto de Lei 951/2018 e saudou a todos os presentes e iniciou agradecendo os diretores e aos servidores que sempre vão para as assembleias e reuniões e enfatizou que as reuniões e o sindicato estão sempre de portas abertas. Ele falou que em 2016 esteve nesta Casa para propor aos pré-candidatos uma plataforma elaborada pela FETAM representada pelo senhor João Fonseca e nessa plataforma os pré-candidatos se comprometeram em implantar a política de gestão do trabalho permanente visando capacitação dos trabalhadores; implantar uma política de valorização salarial e garantia de reajuste anualmente; garantir data base para o mês de janeiro para conceder o reajuste; garantir aos servidores estatutários até o último dia útil do mês o que não vem acontecendo. O senhor Jackson Ribeiro comentou sobre o martírio que foi enfrentar tantas reuniões que começaram em dezembro e a última em maio e enfatizou que as reuniões são abertas a todos. Na última reunião mostrou aos administradores que as receitas vêm sendo positivas financeiramente e que nos últimos reajustes foram incompatíveis com a gestão que oferece ao servidor, servidores esses que mantem a cidade funcionando, e as cobranças do município são disciplinares e objetivas. Falou ainda que, tem alguns servidores que estão acomodados em casa, com desvios de função entre outros e se tem algum problema vem exigir do SINDSERV seus direitos individuais e afirmou que o sindicato defende a coletividade e que é apartidário, e ainda falou que a revisão salarial é um direito. O sindicalista reconheceu alguns direitos dessa gestão como insalubridade dos funcionários da clínica da saúde, há alguns anos o SINDSERV conseguiu que os agentes de saúde e de endemias recebessem 10% de insalubridade, e desde que assumiu a presidência lutou pela regularização de outras categorias também lotadas em área insalubres, e em março



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: <a href="mailto:cmpverde.se@bol.com.br">cmpverde.se@bol.com.br</a>
Décima Sexta Legislatura

conseguiu que agentes de saúde recebessem 20%, reportou-se em seguida o orador a uma surpresa que foi a negatividade da insalubridade dos garis pela empresa Sereste e depois de várias reuniões conseguiu-se entrar em acordo, e em março estes profissionais passaram a receber 10% de insalubridade. Disse ainda que a antecipação do décimo terceiro não vem acontecendo conforme proposto pelo Governo Municipal, e agradeceu a todos e declarou aos servidores que a união faz a força. Depois o senhor João Fonseca saudou a todos os presente e iniciou falando sobre a evolução do plano de carreira desde sua criação em 2007, para melhor entendimento trouxe uma tabela que demonstra essa evolução até 2018. Ele disse que a ação social tem 11 servidores efetivos com folha de pagamento mensal de R\$ 20.178,00; a educação 133 servidores com despesa de R\$ 207.098,45; na Prefeitura 129 efetivos custando R\$ 179.485,00; e ainda 18 professores inativos que conseguiram pela justica receber o complemento salarial depois de aposentado com custo para o FPM de R\$ 45.673,00, a saúde 152 efetivos com folha de R\$ 379.459,00, já a folha dos servidores contratados, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários com INSS e encargos chega ao montante de R\$ 478.523,00. Em seguida, o senhor *João Fonseca* falou das receitas que o município de Poço Verde recebeu do FPM, FNS, ICMS, IPTU e ISS durante os meses de janeiro a maio. Depois, trouxe uma tabela detalhada com folha de pagamento com revisão dos efetivos e contratados. E nesta oportunidade, o senhor vereador Gilson Rosário falou que quando chegou à Câmara os funcionários não tinham plano de carreira e com muita luta conseguiram essa conquista, acrescentou que todos os vereadores queriam que o reajuste fosse maior, e pediu que as pessoas viessem mais a Câmara. O edil explicou que existe uma variação mês a mês das verbas, e, isso acontece porque existem as verbas que vêem diretamente de Brasília e que são destinadas para determinados convênios e são direcionadas para a um fim, o edil declarou esperar que o município arrecade mais para no próximo ano poder conceder um reajuste superior a 1,81%. A senhora vereadora Délia Félix destacou que a Prefeitura poderia dá um reajuste maior, e acrescentou que não entende por que o sindicato que luta pela categoria tenha aceitado facilmente, e considerou um absurdo. A edil disse que sem luta não se consegue nada e se sensibilizou aos servidores. No Grande Expediente o senhor vereador Pedro de Jesus Santos falou que esperava que o *Projeto de Lei* chegasse ao início do ano que é a data base, porque assim foi nos outros anos, o edil falou que compreendeu que enquanto Câmara de Vereadores precisava fazer seu papel e conversava com membros do SINDSERV, e ainda fez uma indicação ao governo municipal para mandar os projetos de Lei, mas chegou em junho e a comissão teve o cuidado de dialogar com os sindicatos. Por conseguinte, o senhor o vereador José Alessandro falou que é uma vergonha o reajuste de 1,81% e que o Poder Executivo pouco faz para o servidor municipal, e ainda o Prefeito aumenta seu próprio salário, considerou que é uma desvalorização do servidor que mantem esse município. O edil avaliou que às vezes observa que o executivo tenta colocar uma categoria contra a outra e acrescentou que somos servidores do município que cada sindicato busca o melhor para todos. Ele disse ainda, que o executivo não respeita o servidor porque tem muitos contratados que estão sem receber seus salários e que muitos servidores usam o sindicato, mas estes já estão sentindo porque estão sendo cortadas as gratificações. O senhor vereador *Didiu* falou da importância de haver esse debate, porque é dessa forma que vai construir um Poço Verde melhor. Disse ainda, que é responsabilidade de cada vereador decidir por todos os cidadãos do município, e, ressaltou que só se consegue algo com a luta, essa luta é de todos os servidores e que seu voto vai será como a categoria decidir. O parlamentar falou depois, da conquista da insalubridade dos servidores da clínica da saúde que foi por determinação judicial. O edil Gilson Rosário disse que entende a fala do vereador José



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: <u>cmpverde.se@bol.com.br</u> *Décima Sexta Legislatura* 

Alessandro. E indagou, em qual administração não existe cargo comissionado? Todas as administrações existem, ainda falou que o senhor vereador José Alessandro havia falado que tinha funcionários há três meses sem receber, mas consultou o Secretário, e este falou que não tem ninguém sem receber. Em seguida, falou sobre a LDO e da responsabilidade de votar esse Projeto. E, por não haver mais oradores inscritos para o Grande Expediente nem matéria para a Ordem do Dia, deu-se início as Considerações Finais. Nas Considerações Finais, o senhor vereador José Alessandro reportou-se a fala do senhor vereador Gilson Rosário e disse que a LDO tem vários impostos que não pode aprovar de qualquer jeito sem ler e entender, e acha que é pouco tempo para votar. Com relação aos cargos comissionados o edil disse que na gestão passada tinha seis Secretarias e agora são doze, e ainda têm quatro Secretarias com Secretário Adjunto. Em seguida, o vereador Gilson Rosário comentou que o senhor vereador José Alessandro havia falado da lei municipal sobre a contratação de bandas do município de Poço Verde, esse acrescentou que elas vêm participando do São João nas ruas e que tem duas atrações confirmadas para o São Pedro de Poço Verde com recursos próprios e as outras serão custeadas com recursos do Ministério das Cidades, o orador afirmou ainda que o Prefeito estar cumprindo a lei e dando oportunidade aos poçoverdenses. E, por não haver outros edis para se manifestar nas Considerações Finais, o senhor Presidente declarou por encerrada a Sessão, ficando todos convocados para no dia vinte e oito de junho de dois mil e dezoito, às dezenove horas realizarem a próxima Sessão Ordinária, e para constar eu, vereador Edson de Jesus Reis Santos, lavrei a presente Ata e abaixo subscrevo.

Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, em vinte e seis de junho de 2018.

Alexandre Almeida Dias/PSDC Presidente

José Raimundo de Jesus Souza/PSB Vice-Presidente

Edson de Jesus Reis Santos/PSB Primeiro Secretário

José Alessandro Santana Farias/ PC do B Segundo Secretário

> Damares Vieira Cavalcanti/PMN Vereadora

Emílio de Jesus Souza/PSB Vereador

Gileno Santana Alves/PSDB Vereador

Gilson Santos do Rosário/PMN Vereador

Jaci Silvino de Sousa/PSC Vereador

Josefa Délia Félix dos Reis/PP Vereadora

Pedro de Jesus Santos/PDT Vereador